

Avaliação do ensino superior: algumas perspectivas

*Nilce Fátima Scheffer**

*Denise Aparecida Martins Sponchiado***

*Aida Teresinha Teston****

*Gertrudes Teresinha Plucinski*****

Resumo

Este artigo apresenta reflexões obtidas a partir da pesquisa “Resgate da trajetória da avaliação institucional na URI – um estudo bibliográfico e documental da auto-avaliação no Campus de Erechim”, cujo objetivo geral consiste em resgatar a experiência e a trajetória realizadas pela autoavaliação na universidade, considerando os princípios e valores que nortearam e norteiam sua realização, vislumbrando em que medida essa experiência contribui para criar a desejada cultura da avaliação. Também apresenta algumas reflexões teóricas atribuídas à avaliação institucional tendo por base concepções sedimentadas e o documento do Sinaes, além de dados parciais a respeito da trajetória da avaliação na URI.

Palavras-chave: Avaliação institucional. Ensino superior. Autoavaliação na URI.

* Doutora em Educação Matemática pela Unesp de Rio Claro - SP; professora do Departamento de Ciências Exatas e da Terra da URI – Campus de Erechim; coordenadora da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da URI e membro do Grupo de Pesquisa em Avaliação Institucional da URI. E-mail: snilce@uri.com.br

** Mestre em Educação pela Unisinos - RS; professora do Departamento de Ciências Humanas da URI – Campus de Erechim; coparticipante do projeto. E-mail: sm denise@uri.com.br

*** Especialista em Leitura, Análise e Produção Textual pela URI de Erechim - RS; professora do Departamento Linguística Letras e Artes da URI - Campus de Erechim; coparticipante do projeto. E-mail: aida@uri.com.br

**** Acadêmica do curso de Pedagogia 2007 da URI – Campus de Erechim; bolsista do Programa de Iniciação Científica PIIC da URI. E-mail: p.gertrudes@yahoo.com.br

Recebido em: 25/6/2008 – Aprovado em: 10/9/2008

Introdução

A autoavaliação institucional, fundamental instrumento de gestão, de alguma forma sempre se fez presente nas dinâmicas das instituições de ensino superior. Com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a avaliação institucional ratifica sua importância nos meios acadêmicos, possibilitando às instituições configurarem-se como construtoras de cidadania, reafirmando seus compromissos sociais e o comprometimento com a formação mais ampla e democrática; assegurando, também, o crescimento institucional coletivo e qualitativo. Em face da relevância do tema exposto, convém destacar que o processo de avaliar extrapola o diagnóstico e o reducionismo do termo, abrangendo questões filosóficas e políticas a respeito da universidade de forma geral, sua missão, objetivos e natureza, valor e sentido social da ciência e dos saberes que produz, quanto à formação dos estudantes e sociedade que projeta e ajuda a construir.

Neste artigo serão apresentadas reflexões realizadas na primeira etapa da pesquisa, norteadas pelas concepções de Belloni (1989), Cunha (1999), Demo (2004), Panizzi (2006), Sguissardi (1995), Dias Sobrinho (2000), entre outros, os quais analisam diferentes enfoques que permeiam a avaliação institucional no cenário atual. Está es-

truturado em tópicos que contemplam as concepções norteadoras de processos avaliativos: a mercadológica, a emancipatória, com significação social e a baseada no documento Sinaes.

Avaliação institucional – algumas concepções

Na busca de concepções de avaliação e de autoavaliação, na pesquisa apresenta-se, à luz de teóricos do tema, o viés que atribuem a essas. A revisão teórica polarizou três grandes concepções norteadoras dos processos avaliativos, como apontamos a seguir.

Concepção mercadológica

Na ótica mercadológica refletida por alguns autores com autoridade para tal, o contexto do ensino superior centra-se em adquirir relevância social de ensinamentos, já que a “mercadorização dos conhecimentos”, termo muito bem empregado por Sobrinho, impõe constantes desafios às organizações. Autores como Dias Sobrinho (2000), Silva e Balzan (2007) alertam para a concepção de avaliação baseada em critérios mercadológicos, com a eficiência e o lucro sendo a base de todo o processo; é o mensurável, o quantificável, sobrepondo-se ao qualificável.¹ Essa concepção de educação fundamentada em critérios da economia de mercado produz ranqueamentos, e a avaliação, nesse contexto, adquire conotação punitiva e reguladora. Os ranqueamentos decorrentes dos pro-

cessos nesta concepção de avaliação expressam a transformação do saber acadêmico em números valoráveis, comprovando que a avaliação das instituições de ensino superior também detém função classificatória.

Demo, desse ponto de vista, afirma que “[...] toda a avaliação é naturalmente classificatória. Ao lado de sua face pejorativa, é mister reconhecer algo que lhe é natural: classificar” (p. 110). Assim, sendo naturalmente classificatórias, a autoavaliação e avaliação institucional estão presentes nas agendas de discussões acadêmicas de forma constante e contínua, pois, paralelamente aos ranqueamentos produzidos por elas, está o direcionamento da missão social que detém a universidade.

Nessa concepção de avaliação institucional, baseada principalmente na lógica empresarial, os “Programas de Qualidade Total” e “Merit Pay”² (BARRIGA, 2002) assumem relevância e, gradualmente, vão sendo inseridos nas práticas das instituições, transformando-as em corporações onde a educação é produto e o aluno, cliente (SILVA; BALZAN, 2007). A satisfação deste cliente, convertida em números frios e absolutos, faz da avaliação instrumento de controle e direcionamento, na qual nem sempre a qualidade é preponderante. Acerca dos programas de qualidade total, expoentes máximos da ótica econômica capitalista, Sguissardi (1995) afirma que podem virar “dogmas de longa duração”, utilizando-se da avaliação para tanto.

Barriga (2002) assegura que grande parte dos programas de avaliação dos países da América Latina é baseada em experiências de países sações e são fruto de políticas de avaliação para a educação superior geradas em contexto de crise econômica, com perda do sentido social da educação, que teve de se adaptar e formar atendendo às pressões do mercado. Esses programas produzem certificação e acentuam ranqueamentos. O autor contrapõe-se a tal posicionamento ao enunciar que a avaliação institucional deve “[...] não só descrever a instituição, mas também oferecer uma interpretação de seus principais acertos, bem como dos problemas e desafios que deve enfrentar no curto e médio prazo” (BARRIGA, 2002, p. 20).

Portanto, pode-se dizer que a concepção mercadológica de avaliação volta-se para classificação, ranqueamentos e, principalmente, para programas de qualidade de serviços prestados, reduzindo o papel dos alunos do ensino superior a clientes em potencial, em detrimento da formação do ser humano, futuro profissional da sociedade.

Concepção formativa, emancipatória,
com significação social

Na busca por outro entendimento, em que os processos de avaliação sejam construídos baseados em significação social, os trabalhos dos autores revisados deram suporte para

intensificar estudos sobre a contemporaneidade do tema, contextualizando sua importância no atual panorama educativo.

Em contrapartida às concepções simplistas de avaliações reguladas pelo mercado econômico, delineia-se como ideal o sistema de avaliação global, portanto democrático, participativo, emancipatório, capaz de envolver todas as especificidades das instituições. Essa concepção destaca a avaliação como processo capacitador, educativo e formativo, possibilitando a participação coletiva de toda a sociedade acadêmica.

A concepção formativa de avaliação institucional confere um amplo conceito, no qual o forte caráter pedagógico do aprendizado adquirido no processo é transformado em saberes que serão evidenciados na interação social. Nessa ótica, compete às universidades, notórias produtoras de saberes, a tarefa de socializar esses conhecimentos. Assim, a sociedade deve usufruir os avanços e conquistas produzidas pelos saberes acadêmicos, conferindo relevância às instituições.

Acerca desse tema, Dias Sobrinho (2000) alerta que a formação acadêmica e escolar deve privilegiar a significação social de seus conhecimentos, permitindo a reformulação consciente de currículos, para que possam responder aos questionamentos sociais inerentes aos dias atuais: “[...] a universidade deve estar atenta para a necessidade indescartável de promover

a cidadania, o sentido público da construção social e da autonomia pessoal, os valores da cooperação e da solidariedade e sociabilidade” (p. 42).

Esse sentido de cooperação também é considerado por Panizzi (2006) ao alertar que as sociedades coletivizaram-se. Aponta a autora que a necessidade de formação e especialização não tolera mais o individualismo e que a promoção da cidadania constrói-se de forma solidária e cooperativa. Segundo a autora,

[...] hoje, não temos mais uma formação individualizada. O sujeito pensante não se constrói mais se olhando sozinho; ao contrário, o olhar força para o coletivo. E, cada vez mais, há a necessidade de se pensar coletivamente [...]. O mundo do trabalho revela que, se o avanço tecnológico é importante e necessário, mais do que a máquina – signo dessa transformação –, o verdadeiro valor está no conhecimento e em recursos humanos preparados e qualificados (p. 15-16, 18).

Nesse sentido, cabe à avaliação institucional voltar-se para o todo, considerando potencialidades que possam contribuir para um avanço coletivo da educação superior. Consolida-se, assim, a certeza de que a avaliação institucional e a autoavaliação são mais que instrumentos de autoconhecimento; são também importantes pilares de sustentação da gestão das IES que viabilizam as demandas sociais, integrando instituições e sociedade.

Assim, cabe às universidades captar as nuances expostas nos pro-

cessos de avaliação institucional e autoavaliação para aprimorar sua formação geral, facultando o crescimento qualitativo de toda a instituição no contexto do ensino superior no país e interação social, visando não somente à adaptabilidade ao mercado. Assegura-se, então, a avaliação institucional como aspecto importante, moderno e necessário para a gestão, que, quando construído de forma conjunta, e envolvendo toda a sociedade acadêmica, legitima-se, configurando-se como emancipatório e democrático.

Nessa concepção emancipatória e democrática, os dados resultantes de processos de avaliação são utilizados de forma didática, portanto numa perspectiva educativa, que se configura também como processo político.

A veiculação política dos resultados obtidos pelas avaliações, segundo Belloni (1989), é “[...] a utilização dos resultados, isto é, a finalidade para a qual cada informação poderá ser usada, é de caráter político, diretamente dependente das perspectivas e do compromisso institucional” (p. 70). Nesse sentido, o uso político deste importante instrumento de gestão deve ser realizado de forma democrática, levando-se em conta as expectativas globais das instituições.

A avaliação institucional, na medida em que atribui valor à produção acadêmica, apresenta-se como instrumento político, podendo direcionar os atos de gestão de forma que intensi-

fiquem as funções sociais da universidade, impulsionando o crescimento global (DIAS SOBRINHO, 2000; PANIZZI, 2006).

Reafirmando a necessidade de amplo debate acadêmico acerca da emblemática da avaliação, Amorim já em 1992 antecipava o seu sentido educativo:

Enfim, a avaliação só terá um efeito permanente sobre as tarefas trabalhadas no cotidiano universitário, quando for problematizada a tal ponto que se transforme num ato educativo, um ato de ação, de decisão, realizado pelos sujeitos constantes da cena acadêmica [...]. Isto pressupõe também uma combinação do pedagógico com o político e o filosófico [...]. Logo, essa avaliação da universidade deve ser um ato educativo, portanto um ato político, que visa à continuação da formação de uma consciência crítica necessária para que nossas instituições universitárias saibam enfrentar os desafios educacionais do presente e lutem pela consolidação de uma universidade democrática e crítica em nosso país (p. 140-141).

A criticidade citada por Amorim (1992) aponta para o sentido educativo da avaliação, considerando-o nos aspectos políticos e filosóficos, que culminarão na formação de consciência crítica para as instituições universitárias.

Evidencia-se, assim, a consciência de que é possível a combinação de processos de avaliação, desde que debatidos e gerados de forma democrática, qualificação e crescimento

institucional. Os dados resultantes dos processos de avaliação são indicadores para o direcionamento das ações educativas, formativas e construtivas das instituições. Nesse sentido, Cunha (1999) assegura que “a crença de que a avaliação deve ter uma virtude emancipatória faz da luta dos que querem construir, também pela educação, uma sociedade mais democrática” (p. 11).

Assevera-se, então, a busca por uma sociedade mais igualitária, tarefa social das universidades. Esta busca implica conhecer-se e utilizar este conhecimento na perspectiva de qualificação e aprofundamento das instituições, o que é viabilizado pelos processos avaliativos.

A avaliação institucional no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

A avaliação tornou-se imperativa e subjacente a todos os processos de qualificação e aperfeiçoamento institucional da educação superior. A autoavaliação nas instituições educativas, além de importante instrumento qualitativo, pois indica mudanças, “correção de rota”, também é instrumento gerencial, na medida em que direciona para onde devem convergir ações que possibilitem a efetivação das mudanças.

A avaliação nos moldes iniciais propostos pelo MEC gerou debates na sociedade acadêmica, estimulou discussões, pois foi considerada impositi-

va, reguladora, controladora, incapaz de observar as especificidades de cada instituição. Esse amplo debate social produziu o Sinaes, instituído pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que regulamenta o sistema de avaliação do ensino superior no Brasil e que, apesar do caráter obrigatório, fundamenta a avaliação em dez dimensões:

I - a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;

II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII - infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX - políticas de atendimento aos estudantes;

X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

O Sinaes oficializou a necessidade de organização e composição, nas instituições, de comissão interna responsável pela avaliação institucional, Comissão Própria de Avaliação (CPA), que passou, a partir do ano de 2004, a coordenar ciclos avaliativos que prestam contas ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira sobre as avaliações das instituições, por meio de relatórios. O Sinaes configura-se como proposta ampla de avaliação que vai além da avaliação interna, abrangendo a avaliação externa e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Passado o impacto inicial, é possível vislumbrar que, inegavelmente, as instituições de ensino superior, mesmo que por força de adaptação à lei, implantaram seus processos de auto-avaliação, os quais passo a passo se consolidam, norteados por ações que visam à qualidade, à atualização e capacitação das instituições no seu todo.

A avaliação tomada nas dez dimensões do Sinaes enfoca a inserção das IES na comunidade e região, sua

responsabilidade diante da missão e dos compromissos sociais que lhe são exigidos, bem como a formação profissional. Pode-se assegurar que o Sinaes possibilita às instituições autoconhecimento e perspectiva de reavaliação constante de seus atos, configurando-se, assim, como formativo e educativo.

Dados parciais a respeito do resgate da trajetória da avaliação na URI Campus de Erechim

Na década de 1980 criou-se um projeto ambicioso, que vislumbrava como necessária ao desenvolvimento regional a criação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Buscou-se, por meio da união de esforços, a excelência no ensino, na pesquisa e a viabilização social destes pela extensão.

Durante o processo de consolidação da universidade, o apoio da comunidade regional foi decisivo e marcante. Nesse período houve acompanhamento pelo MEC, que avaliou as viabilidades do projeto, as demandas regionais, os aportes que se fariam necessários à estruturação do mesmo. Finalmente, após intenso trabalho, a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões foi reconhecida pela portaria nº 708, de 19 de maio de 1992.

A URI abrange hoje mais de cem municípios, atuando em seis unidades nas regiões do Alto Uruguai e Missões do Rio Grande do Sul: Erechim,

Santiago, Frederico Westphalen, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo e Cerro Largo.

Inicialmente, em 1992 (ano do seu reconhecimento), a avaliação objetivava a consolidação da instituição como universidade, a harmonização entre ensino, pesquisa e extensão e a adequação dos projetos e cursos existentes às potencialidades e exigências sociais da sua região de inserção. A gênese do processo de avaliação na URI Campus de Erechim teve como base a averiguação do saber produzido, das demandas sociais, da qualidade e criação de cursos e serviços, do profissional a ser formado e do autoconhecimento da instituição.

A avaliação institucional, destaque nas pautas e projetos da URI, intensificou-se a partir de 1996, ano em que a instituição aderiu ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), cujo programa total compreendia três fases: a avaliação interna ou autoavaliação, a avaliação externa, realizada por especialistas, e a reavaliação, que visava à qualificação institucional por meio do estudo dos resultados apurados nas duas primeiras fases. No decorrer do período de 1992 até 2004 as diferentes unidades viabilizaram seu próprio processo de autoavaliação com instrumentos específicos por curso. Com o advento do Sinaes, a partir de 2004, esse processo de avaliação ganhou legitimidade, o que o unificou para as diferentes unidades da URI.

A partir da constituição da Comissão Própria de Avaliação, em agosto de 2004, com o propósito de coordenar e unificar todo o processo de autoavaliação da instituição nas suas unidades, reafirmaram-se os compromissos assumidos como instituição comunitária, inserida na região. No ano de 2005, o processo de autoavaliação na URI, passou a ser realizado eletronicamente, por meio de instrumento *on-line*. Tal fato viabilizou a dinâmica e agilizou o processo, assegurando a coleta de dados de forma acessível e segura, a emissão de relatórios e a divulgação de resultados. Assim, o processo assumiu características mais amplas, contemplando as diferentes dimensões do Sinaes.

Considerações finais

O tempo presente impõe às instâncias educativas a constante busca de aperfeiçoamento quanto ao saber produzido, além de delegar responsabilidades às instituições, considerando a sua rápida disseminação no âmbito de interação social. O envolvimento social das instituições delineia-se como premissa de desenvolvimento e, cada vez mais, enuncia-se a importância do autoconhecimento como produtor de renovação e qualificação. A autoavaliação emerge aí como importante instrumento de gestão, que detém viés transformador e se constitui em elemento democrático de ligação entre as instituições e a sociedade.

Neste artigo, o estudo e a avaliação do posicionamento dos teóricos revisitados possibilitaram a ampliação e o detalhamento de conhecimentos acerca de uma temática atual e inescapável. Destacaram também a importância de um processo de avaliação e autoavaliação democrático, construído coletivamente, consolidado, legítimo e emancipatório, capaz de redimensionar a realidade de uma instituição e do seu entorno.

Sobremaneira, vale citar Dias Sobrinho (2000), que aponta algumas características imprescindíveis às avaliações, as quais devem ser “integradoras”, “globais”, “participativas” e “negociadas”, “operatórias” e “estruturantes”, “contextualizadas”, “permanentes”, “legítimas”, “voluntárias”, “adaptadas a cada instituição” e, principalmente, “formativas”. Depreende-se que tais características, se agregadas ao processo avaliativo, legitimarão o mesmo, contribuindo na consolidação da cultura avaliativa, com consequente qualificação geral das instituições na formação de profissionais críticos no cumprimento de seus compromissos sociais.

Nesse sentido, Barriga corrobora:

De todo modo, requeremos conhecer que os problemas que a educação superior enfrenta não se resolvem unicamente com avaliação. Hoje, mais que nunca se faz necessário revisar o conjunto de ações que seria necessário desenvolver, o conjunto de elementos a retomar para que as mudanças na

educação superior se traduzam não só em formar um profissional mais competitivo, mas também um profissional que analise os problemas de uma sociedade, que reclame urgentemente soluções para suas graves carências (2002, p. 27).

Esclarece, pois, o autor que a crise da educação superior não será resolvida somente com processos avaliativos. Mas, seguramente, a avaliação na concepção formativa, na medida em que qualifica as instituições de forma geral ao sugerir ações de gestão, ressignifica também a aplicabilidade social dos conhecimentos e influencia a comunidade em que está inserida.

Assim, vê-se que a tarefa da avaliação educacional é grandiosa, abrangente e desafiadora e implica esforço de transformação das instituições. Nesse sentido, Dias Sobrinho (2000) sugere que “[...] a avaliação institucional é um processo coletivo que envolve amplamente a comunidade de uma dada instituição, como um valor introjetado no cotidiano, um capital permanente do seu patrimônio cultural” (p. 213). O autor costura, assim, a ideia de que cuidar do patrimônio cultural requer olhares que perpassem as próprias instituições, voltando-se diretamente às sociedades futuras que se almeja construir, onde a formação crítica e ética seja a essência e a base da construção e disseminação dos conhecimentos produzidos.

Portanto, firma-se a certeza de que os processos de autoconhecimento

são preponderantes às etapas do crescimento institucional e social, pois direcionam, impulsionam, intensificam ações, promovendo, assim, qualificação e desenvolvimento.

Abstract

College education evaluation: some perspectives

This paper presents reflections got from the “Rescue of institutional evaluation trajectory at URI – A bibliographic study of self-evaluation at Erechim Campus”, whose general objective consists of rescuing experience and trajectories accomplished by self-evaluation at the University, considering principles and values that have guided and guide its accomplishment, envisioning to what extent this experience contributes to create the so wished culture of evaluation. It will also present some theoretical reflections claimed for Institutional Evaluation having as base sedimented conceptions and the Sinaes document, besides partial data related to evaluation trajectory at URI.

Key words: Institutional evaluation. College education. Self-evaluation at URI

Notas

- ¹ Sobrinho (2000) descreve com maestria os efeitos devastadores causados às sociedades pela globalização, como o agravamento das desigualdades sociais, empobrecimento e endividamento dos países pobres e em desenvolvimento. Afirma que os números da pobreza mundial indicam que as atuais políticas de desenvolvimento devem ser repensadas, bem como sistema educacional brasileiro, que cresce em virtude do mercado, produzindo educação de baixa qualidade, favorecendo a proliferação de cursos superiores de baixo custo gerencial, que tratam a educação como mercadoria.
- ² Estes programas preveem a premiação dos professores de acordo com sua participação e pontuação obtidas nas avaliações.

Referências

- AMORIM, A. *Avaliação institucional da universidade*. São Paulo: Cortez, 1992.
- BARRIGA, A. D. A avaliação no marco das políticas para a educação superior. Desafios e perspectivas. *Avaliação*, São Paulo, ano 7, v. 4, n. 2, p. 9-27, jun. 2002.
- BELLONI, I. Avaliação da universidade por uma proposta de avaliação conseqüente e compromissada política e cientificamente. In: *A universidade em questão*. São Paulo: Cortez, 1989.
- CUNHA, M. I. A avaliação da aprendizagem no ensino superior. *Avaliação*, São Paulo, ano 4, v. 4, p. 7-12, dez. 1999.
- DEMO, P. *Universidade, aprendizagem e avaliação: horizontes reconstrutivos*. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- PANIZZI, W. M. *Universidade para quê?* Porto Alegre: Libretos, 2006.
- SILVA, M. W.; BALZAN, N. C. Universidade corporativa: (pré-)tendência do ensino superior ou ameaça? *Avaliação*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 233-256, jun. 2007.
- DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SGUISSARDI, V. R. Para avaliar propostas de avaliação do ensino superior. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 76, n. 184, p. 549-578, set./dez. 1995.